

# Estudo Técnico Preliminar 360/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: Leilão 01/2024

## 2. Descrição da necessidade

LEILÃO PÚBLICO. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a alienação de bens móveis considerados obsoletos, ociosos, antieconômicos ou inservíveis para administração pública municipal, pelo Leiloeiro Rennan Parmeggiani Dall'Astra, Leiloeiro designado conforme contrato nº 260/2022, o certame licitatório ocorrerá na modalidade de **Leilão público do tipo maior lance por lote ONLINE/VIRTUAL.**

- O leilão de bens públicos inservíveis é necessário por várias razões:
- Otimização de Recursos: Permite que entidades públicas otimizem o uso de recursos, transformando bens não utilizados em dinheiro que pode ser reinvestido em outras áreas prioritárias.
  - Liberação de Espaço: Muitas vezes, esses bens ocupam espaço físico que poderia ser melhor utilizado para outras finalidades.
  - Transparência e Accountability: O processo de leilão é transparente e permite que o público acompanhe como os recursos públicos estão sendo gerenciados.
  - Estímulo à Economia: Ao vender esses bens para o mercado, o governo pode injetar dinheiro na economia e promover a atividade comercial.
  - Evitar Depreciação: Muitos bens tendem a perder valor ao longo do tempo devido à depreciação ou obsolescência.
  - Leiloá-los enquanto ainda têm algum valor é uma maneira de evitar perdas maiores.
  - Logo, realizar leilões de bens públicos inservíveis é uma prática comum para garantir a eficiência na gestão de recursos públicos e promover a transparência e responsabilidade governamental.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas	Carolina Salbego Lisowski

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1 Poderão participar do Leilão eletrônico, pessoas jurídicas, físicas, maiores de idade, emancipados, ou seus procuradores, desde que munidos de instrumento público ou particular de mandato;
- 4.2 O interessado deverá cadastrar-se e habilitar-se previamente no site [www.pestanaleiloes.com.br](http://www.pestanaleiloes.com.br), com antecedência de pelo menos 24h do início do leilão. O Arrematante é o único e exclusivo responsável pelos dados cadastrais, login e senha e responde por todas as operações realizadas em seu nome. Não serão aceitas reclamações ou desistências de arrematação por alegação de uso indevido ou acesso por terceiros.

Ao habilitar-se para participação no Leilão, o interessado fica sujeito integralmente às condições de venda e de pagamento dispostas neste Edital. Para o cadastro no site para compras online, o interessado deverá anexar os seguintes documentos obrigatórios:

4.2.1. PESSOA FÍSICA: Documento de Identificação (ex.: RG, CNH, Passaporte, Carteira de Trabalho, carteira funcional emitida por órgão fiscalizador – Ex.: OAB, CRM, CRBio, CREA e outros) e CPF. Estrangeiros deverão apresentar CPF válido para participação, além do RNE (Registro Nacional de Estrangeiro) ou Extrato do RNE, ambos fornecidos pela Polícia Federal, ou protocolo de identificação de refúgio – CONARE;

4.2.2. PESSOA JURÍDICA: Cópia do Contrato Social, cartão CNPJ, RG e CPF do representante legal;

a. Comprovante de endereço: (luz, água, telefone fixo, celular pós-pago, gás, condomínio ou declaração de endereço com assinatura eletrônica ou digital);

b. Não serão aceitos documentos de identificação rasurados e avariados. Ainda, a Leiloeiro reserva-se o direito de recusar documentos vencidos e se o tempo de expedição e/ou mau estado de conservação impossibilite a identificação da parte.

c. É proibido o cadastro e a venda de veículos e materiais para Pessoa Física ou Jurídica em qualquer uma das seguintes situações: CPF baixado por óbito - CPF baixado (Receita Federal) - CPF pendente de regularização - CPF suspenso - CNPJ baixado/Inapto (Receita Federal). A leiloeiro reserva-se o direito de cancelar o arremate caso esta situação seja verificada após o pregão do lote.

4.3 Os documentos mencionados acima deverão ser anexados no momento do cadastro no portal [www.pestanaleiloes.com.br](http://www.pestanaleiloes.com.br).

4.4 Com o cadastro realizado com sucesso, e após o recebimento dos documentos exigidos, nos incisos acima, será encaminhado, via e-mail, informação de cadastro ativo, tornando apto o licitante para realizar seus lances.

4.5 Para participação no Lote 9 – SUCATAS DIVERSAS, deverá ser entregue ao Leiloeiro Oficial, até a abertura do certame, a cópia autenticada da Licença emitida pelo órgão Ambiental para comercialização, transporte e destinação final de sucata de informática, objeto integrante do Lote 9. No caso da cópia da Licença Ambiental não ser autenticada, deverá ser apresentada a original para a conferência e certificação do Leiloeiro Oficial.

4.5.1. Não serão aceitos protocolos de solicitação de Licença Ambiental nem certificados ou Declarações de Dispensa de Licenciamento Ambiental.

4.6 Caso o licitante não possua licenciamento para transportes de resíduos disponibilizados para venda no lote 9, deverá preencher o Termo de Compromisso de Transporte de Resíduos, conforme Adendo 01 deste Termo de Referência, apresentando antes do início do carregamento a Licença Ambiental que habilite a(s) empresa(s) transportadora(s) contratada(s) para este fim.

4.7 Não poderão participar do Leilão, direta ou indiretamente:

*Os servidores ou dirigentes ou órgãos ou entidades demandantes ou lotados na Prefeitura Municipal de Santa Maria e de seus Órgãos, conforme estabelecido no art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.*

*Pessoas físicas ou jurídicas que estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, nos termos do Art. 156, III, da lei Federal nº 14.133/2021 ou que forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do Art. 156, IV da lei Federal 14.133/2021.*

4.8 Na participação de forma online, o usuário do sistema está ciente de que poderão ocorrer situações não previstas como queda ou falhas no sistema, conexão de internet, linha telefônica ou outras impossibilidades técnicas, que são assumidas com exclusividade pelo interessado quando da sua participação, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito. A Leiloeiro não se responsabiliza por eventuais danos ou prejuízos alegados pelos usuários quando da utilização do sistema, em razão de problemas técnicos, operacionais ou falhas na conexão;

4.9 Não serão aceitos parcelamentos, o valor total da arrematação incluindo a comissão do leiloeiro, deverão ser pagos na sua integralidade

## 5. Levantamento de Mercado

Importa esclarecer que, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, o leilão é a única modalidade de licitação destinada à venda de bens patrimoniais pertencentes à Administração Pública. Assim sendo, o presente edital tem por escopo a venda de bens móveis compatível do Município de Santa Maria considerados inservíveis por suas Unidades Gestoras demandantes, ou seja, perspectiva contrária à das demais modalidades de licitação, as quais se destinam à compra de bens.

Note-se que a doutrina jurídica estabelece que a formação do preço nos contratos de compra e venda é determinada, em regra, pelo livre debate entre os contraentes, conforme as leis de mercado, sendo por isso denominado preço convencional. (C.R. Gonçalves, 2017).

Nessa esteira, pode-se constatar que o leilão de inservíveis é *locus* em que essa tese encontra sua maior expressão, uma vez que, conforme dicção legal das normas que o regem, a disputa de leilões parte da definição do valor do lance inicial de cada lote, proposto por uma das partes (proprietário ou seu representante, conforme definição contratual) para ser objeto de debate entre os licitantes, do qual resultará a formação do valor a ser utilizado para a venda, qual seja, o valor mais alto resultante do “debate” ocorrido entre os licitantes, procedimento típico dos leilões.

Dessa forma, ao contrário de todas as demais modalidades de licitação, a formação do preço no leilão não decorre de comparação precisa de cada objeto em mercado, mas sim tem seu ponto de partida num valor estipulado para iniciar a disputa do material integrante de cada lote, o qual culminará com o maior valor fruto da disputa entre os licitantes, a ser utilizado como referência do negócio jurídico de compra e venda celebrado no leilão.

## 6. Descrição da solução como um todo

A definição de Marçal Justen Filho, “o Leilão se peculiariza pela concentração, em uma única oportunidade, de diversos atos destinados à seleção da proposta mais vantajosa”.

Adicionalmente, o leilão tem seu diferencial no fato de haver possibilidade de múltiplas propostas por parte de um mesmo interessado. É um procedimento apropriado para a alienação de bens pelo maior preço. Por esse motivo se torna desnecessária uma fase de habilitação destinada à investigação de peculiaridades do interessado, devendo ser adjudicado o objeto logo após a fase de lances e ultrapassada a interposição de recursos.

O leilão serve para alienação de bens pelo poder público àquele que ofertar o maior preço, seja ele igual ou superior ao valor da avaliação. O art. 6º, XL da lei 14.133/21 dispõe que o leilão é “modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance”.

Nessa situação, a alienação dos bens dependerá de uma justificativa de interesse público, da avaliação prévia do bem e do procedimento licitatório do leilão, quando não se configurar hipótese legal de contratação direta por dispensa.

Em verdade, quando se trata de licitação na modalidade leilão, o legislador determinou esta modalidade de licitação para alienação de bens empenhados pelo particular ao ente público.

Apesar de não haver expressa previsão legal, os bens empenhados que são incorporados ao patrimônio público podem ser alienados e o leilão é a modalidade cabível para a alienação desses bens.

O leilão é realizado pelo leiloeiro, que pode ser o leiloeiro oficial ou um servidor designado pela Administração Pública para cumprir a função de leiloeiro. Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração pública deverá selecioná-lo por credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.

Ademais, o leilão será precedida da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial – devendo também ser afixado em local de grande circulação de pessoas, como forma de observância do princípio da publicidade.

O edital deve conter:

I – a descrição do bem, com suas características, e, no caso de imóvel, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros;

II – o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, as condições de pagamento e, se for o caso, a comissão do leiloeiro designado;

III – a indicação do lugar onde estiverem os móveis, os veículos e os semoventes;

IV – o sítio da internet e o período em que ocorrerá o leilão, salvo se excepcionalmente for realizado sob a forma presencial por comprovada inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração, hipótese em que serão indicados o local, o dia e a hora de sua realização;

V – a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados. Ademais, conforme disposição legal, o leilão será sempre do tipo MAIOR LANCE, sendo que a Administração pública só pode alienar o bem para lance vencedor que seja igual ou superior ao valor da avaliação.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O processo está composto de 11 lotes, sendo 5 (cinco) veículos leves, 1 (um) trator de rodas, 1 (uma) vassoura mecânica, 1 (um) cilindro pé de carneiro, 1 (um) lote de bens móveis inservíveis diversos, 1 (um) Rompedor Vanguard e 1 (uma) Capota para Ranger. Foram realizadas as avaliações junto às concessionárias, pela pesquisa na FIPE e consulta de preços de mercado na internet.

PLACA	PATRIMÔNIO	ANO DE FABRICAÇÃO	ANO MODELO	FIPE	AVALIAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	AVALIAÇÃO CONFORME ESTADO DO BEM	AVALIAÇÃO DA COMISSÃO DE DESFAZIMENTO	SECRETARIA	OBSERVAÇÃO
IVQ 5599	170901	2014	2014	R\$ 58.853,00	R\$ 25.000,00	R\$ 36.056,79	R\$ 28.000,00	SAGP	Na condição em que se encontra
JKG 7614	164894	2001	2002	R\$ 11.070,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.593,15	R\$ 4.600,00	SMR	Na condição em que se encontra
IOZ 4774	164868	2008	2008	R\$ 19.440,00	R\$ 4.000,00	R\$ 10.313,60	R\$ 4.500,00	SMISP	Na condição em que se encontra
IWC 3848	147012	2014	2014	R\$ 37.705,00	R\$ 11.000,00	R\$ 13.881,15	R\$ 13.000,00	SMS	Na condição em que se encontra
IWC 3149	147016	2014	2014	R\$ 35.160,00	R\$ 10.000,00	R\$ 16.257,60	R\$ 13.500,00	SMS	Na condição em que se encontra
IPK 7329	165251	1999	1999	R\$ 60.592,00	R\$ 20.000,00	R\$ 34.654,56	R\$ 40.000,00	SMR	Na condição em que se encontra
	165232			R\$ 31.900,00	R\$ 7.000,00	R\$ 6.029,50	R\$ 6.500,00	SMISP	Na condição em que se encontra
				R\$ 23.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.600,00	R\$ 5.800,00	SMISP	Na condição em que se encontra
						R\$ 19.700,00	R\$ 15.000,00	SMISP	Na condição em que se encontra
	103.801					R\$ 5.400,00	R\$ 5.500,00	SMISP	Na condição em que se encontra
						R\$ 400,00	R\$ 400,00	SMS	Na condição em que se encontra
				R\$ 277.720,00	R\$ 86.500,00	<b>R\$ 152.886,35</b>	<b>R\$ 136.800,00</b>		

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 136.800,00

Em atenção ao Relatório da Situação dos Veículos, Máquinas e Equipamentos do Município de Santa Maria, disponibilizados para leilão público, bem como Equipamentos, Mobiliários e Utensílios, disponibilizados pelas diversas Secretarias, e encaminhado à Comissão Especial de Avaliação e Reavaliação de Bens Móveis da Prefeitura Municipal de Santa Maria, nomeada pelas Portarias nº 95/2017, nº 08/2018, nº 33/2019, nº 71/2019 e nº 52/2021 e à Comissão Especial de Desfazimento, nomeada pela Portaria nº 54, de 1º de setembro de 2021, **encaminhamos o processo de avaliação, classificação e formação de lotes elaborados pelas referidas Comissões para seu conhecimento e apreciação do Sr. Prefeito Municipal.**

O processo está composto de 11 lotes, sendo 5 (cinco) veículos leves, 1 (um) trator de rodas, 1 (uma) vassoura mecânica, 1 (um) cilindro pé de carneiro, 1 (um) lote de bens

móveis inservíveis diversos, 1 (um) Rompedor Vanguard e 1 (uma) Capota para Ranger. Foram realizadas as avaliações junto às concessionárias, pela pesquisa na FIPE e consulta de preços de mercado na internet.

**A estimativa inicial de receita com o referido processo é de R\$ 136.800,00.**

**O processo foi homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, conforme documento anexo ao presente Estudo Técnico Preliminar.**

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Os bens são vendidos um a um (1 a 1) ou em lotes, a quem maior lance oferecer, desde que o valor ofertado seja igual ou superior ao valor mínimo estipulado a critério do Município de Santa Maria;

O lance pode ser realizado desde a abertura do leilão (exibição do leilão e do lote no site) até o fechamento do lote, no ato do pregão, no dia do leilão. Os usuários previamente habilitados na forma online poderão ofertar seus lances desde a abertura do leilão, no site do leiloeiro, até o ato do pregão. Os lances online serão concretizados no ato de sua captação pelo provedor e não no ato da emissão pelo participante, não respondendo a Leiloeiro e o Município de Santa Maria por lances ofertados e não recebidos antes do fechamento do lote;

Para efetuar os lances os interessados deverão acessar o Portal digital por meio do endereço eletrônico [www.pestanaleiloes.com.br](http://www.pestanaleiloes.com.br), que serão imediatamente divulgados via on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas.

Não será admitido o envio de lances por qualquer outro meio, que não seja por intermédio do Portal [www.pestanaleiloes.com.br](http://www.pestanaleiloes.com.br). Somente serão aceitos lances superiores ao lance corrente.

Para que haja o encerramento do Leilão, a cada lote será realizado chamamento pela transmissão de vídeo, sendo que o lote será finalizado somente na terceira batida do martelo pelo Leiloeiro. Antes de declarar vencedor o participante do maior lance oferecido, o leiloeiro contará compassadamente até três, a fim de constatar a inexistência de outra oferta. O vencedor do leilão será aquele declarado pelo Leiloeiro em razão de ter sido oferecido maior lance sem ser alcançado por outra oferta maior, considerando assim arrematante do objeto leiloado.

No ato da arrematação o Arrematante aceitará todas as condições para aquisição constante do presente Edital, isentando o Município de Santa Maria e a Leiloeiro Oficial de responsabilidade sobre o estado de conservação e/ou defeitos e vícios ocultos detectados nos bens, bem como indenizações por avarias e outros vícios detectados em vidros, lataria, carroceria, motor, mecânica, suspensão, parte elétrica e demais componentes, câmbio, escapamentos, catalisadores, kit GNV, cilindro, consertos gerais, funcionamento das chaves e compensações financeiras de qualquer natureza. Eventual ausência ou divergência de peças (internas ou externas) dos veículos, portanto, a regularização será por conta do comprador;

Encerrado o Leilão, será considerado vencedor, o maior lance recebido nas condições dispostas no item anterior. Oportunidade em que o arrematante vencedor poderá consultar as informações de pagamento no lote, na Área do Arrematante, no Portal digital [www.pestanaleiloes.com.br](http://www.pestanaleiloes.com.br). O Arrematante deverá realizar o pagamento das obrigações no prazo de 2 dias úteis, a contar do término do evento, e posteriormente anexar o comprovante de pagamento também na Área do Arrematante no Portal.

Uma vez aceito o lance, não se admitirá, em hipótese alguma, a sua desistência por qualquer das partes, sendo esse ato considerado crime previsto nos **art. 337-F e/ou 337-I, da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021**, sujeitando o agente às sanções penais neles previstas.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A realização de leilão público está de acordo com o Planejamento desta Secretaria de Município de Administração e Gestão de Pessoas.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação e realização de um leilão público de bens móveis pode trazer diversos benefícios, incluindo:

**Geração de Receita:** O leilão permite que a entidade proprietária dos bens mobilize recursos financeiros ao vender os itens para o melhor lance, contribuindo para o orçamento da organização.

**Otimização de Recursos:** A venda de bens móveis desnecessários libera espaço físico e recursos que podem ser realocados para necessidades mais prementes ou investimentos em áreas prioritárias.

**Transparência e Conformidade:** O processo de leilão público é transparente e segue normas e regulamentos específicos, assegurando a conformidade com as leis e procedimentos estabelecidos.

**Eficiência na Gestão Patrimonial:** Ao regularmente revisar e leiloar bens móveis inservíveis, as organizações mantêm um inventário atualizado e otimizam a gestão de seu patrimônio.

**Promoção da Sustentabilidade:** O leilão de bens móveis inservíveis promove a reutilização e reciclagem, reduzindo o desperdício e minimizando o impacto ambiental associado à produção de novos produtos.

**Estímulo à Economia Local:** A venda dos bens móveis para licitantes locais ou regionais pode ajudar a fortalecer a economia local, estimulando o comércio e o empreendedorismo.

**Redução de Custos de Armazenamento:** Evitar a acumulação de bens móveis desnecessários reduz os custos associados ao armazenamento e manutenção desses itens.

**Flexibilidade Financeira:** A receita gerada com o leilão pode ser usada para cobrir despesas operacionais, investir em melhorias ou responder a necessidades emergenciais.

Em suma, a contratação e realização de leilões públicos de bens móveis oferecem uma maneira eficaz e transparente de gerenciar ativos desnecessários, gerar receita e promover a eficiência e a sustentabilidade nas organizações públicas.

## 13. Providências a serem Adotadas

Ao contar com um leiloeiro contratado para a realização de um leilão público, algumas providências específicas devem ser adotadas:

**Definição dos Bens a Serem Leiloados:** Enumerar e categorizar todos os bens que serão incluídos no leilão, garantindo que estejam em conformidade com as regulamentações e leis pertinentes. Providência adotada.

**Documentação Legal:** Assegurar que toda a documentação relevante dos bens esteja completa e em ordem, incluindo certificados de propriedade, registros de inventário e quaisquer outros documentos necessários para a transferência de propriedade. Providência adotada.

Contrato com o Leiloeiro: Firmar um contrato detalhado com o leiloeiro, estipulando claramente suas responsabilidades, taxas, e outros termos pertinentes ao leilão. Providência adotada.

Definição das Condições do Leilão: Estabelecer as condições específicas do leilão em conjunto com o leiloeiro, incluindo data, hora, local, método de pagamento, e quaisquer outras diretrizes relevantes para os licitantes. A ser definida pela Comissão de Licitações do Município com o Leiloeiro contratado.

Publicidade e Divulgação: Planejar e implementar uma estratégia de divulgação abrangente para promover o leilão, utilizando meios de comunicação como jornais, sites especializados, redes sociais e listas de e-mail, a fim de alcançar o maior número possível de potenciais compradores. A cargo do Leiloeiro.

Preparação do Local do Leilão: Garantir que o local do leilão esteja adequadamente preparado e equipado para receber os participantes, incluindo a disposição dos itens a serem leiloados, instalação de equipamentos de áudio e vídeo, e outras necessidades logísticas. A cargo do Leiloeiro.

Segurança e Controle de Acesso: Providenciar medidas de segurança adequadas para proteger os bens leiloados e garantir a integridade do evento, incluindo o controle de acesso ao local e a presença de pessoal de segurança, se necessário. A cargo do Leiloeiro.

Registro e Controle de Lances: Estabelecer um sistema eficaz para registrar e controlar os lances dos licitantes durante o leilão, assegurando transparência e precisão no processo de arrematação. A cargo do Leiloeiro.

Assistência aos Participantes: Disponibilizar pessoal qualificado para auxiliar os participantes com dúvidas ou consultas durante o leilão, garantindo uma experiência satisfatória para todos os envolvidos. A cargo do Leiloeiro.

Documentação Pós-Leilão: Garantir a devida documentação e registro de todas as transações realizadas durante o leilão, incluindo a emissão de recibos e outros documentos pertinentes para os licitantes e para fins contábeis. A cargo do Leiloeiro e posterior a entrega do relatório do Leilão pelo Leiloeiro, a cargo de setores envolvidos na área de veículos e de patrimônio.

Ao seguir essas providências, é possível garantir a realização de um leilão público bem-sucedido, com a eficiência e a transparência necessárias para todos os envolvidos.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A alienação de bens móveis inservíveis/disponíveis é procedimento que, além de evitar a sua depreciação no âmbito da Administração Pública, possibilita a sua inserção em novas cadeias produtivas que gerem emprego e renda, fomentem novos negócios em diversos nichos de atuação, promovendo assim o reaproveitamento dos bens conforme a etapa do ciclo de vida em que se encontrem.

Mister ressaltar que o edital é instrumento de inteira responsabilidade do leiloeiro contratado, ainda que para tal venha a partir de minuta elaborada pela Administração com previsões genéricas minimamente necessárias. Dessa forma, se houver qualquer necessidade de exigência certificados, registros ou autorizações ambientais ou de qualquer outra natureza a serem exigidos dos arrematantes, a formulação de tal exigência cumprirá exclusivamente ao leiloeiro contratado.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Portanto, considerando-se as razões apresentadas, tem-se que a realização de Leilão Público, na modalidade Online, trata-se do procedimento mais vantajoso para a Administração, promovendo economicidade, eficiência, sustentabilidade, segurança técnica e jurídica à atividade de alienação de bens patrimoniais, sob a égide dos Princípios da Administração Pública e da licitação homogeneizados pela Lei nº 14.133/2021.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE ALINE MUNHOZ WALTER**

Superintendente de Administração - SAGP



*Assinou eletronicamente em 09/04/2024 às 15:12:18.*